

TRANSVERSALIDADE DAS TEMÁTICAS DIVERSIDADE SEXUAL, GÊNERO E DIREITOS: DESAFIOS NA GRADUAÇÃO

Cristiane Gonçalves da Silva¹

*“O Estado Brasileiro tem como princípio a afirmação dos direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes e, para sua efetivação, todas as políticas devem considerá-los na perspectiva da construção de uma sociedade baseada na promoção da igualdade de oportunidades e de equidade, no respeito à diversidade e na consolidação de uma cultura democrática e cidadã.”
(Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, Apresentação, 2009)*

Resumo

Este trabalho pretende compartilhar elementos para fomentar o debate em torno da efetivação da transversalidade das temáticas diversidade sexual, gênero e direitos na graduação, a partir das estruturas e da organização da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Baixada Santista. Desta forma, procura refletir sobre a prática cotidiana, refletindo acerca da presença (ou ausência) da institucionalização destas temáticas inseridas no processo formativo do ensino de graduação. Pretende apontar potencialidades e compreender os desafios a partir das experiências efetivadas e em conexão com as diretrizes nacionais para efetivação de uma formação superior que promova a equidade e garantia de direitos para todos e todas.

Palavras-chave: ensino, graduação, diversidade sexual, gênero, direitos

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – campus Baixada Santista (BS), Eixo Comum “O Ser Humano e sua Inserção Social”, Departamento “Saúde, Educação e Sociedade”. Co-coordenadora do Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti: relações de gênero, sexualidades e movimentos sociais. Compõe a equipe executora do Centro de Referência em Direitos Humanos da UNIFESP/BS. Pesquisadora Associada do Núcleo de Estudos para Prevenção da Aids (NEPAIDS)/USP.

Apresentação do cenário: breves considerações sobre a graduação na UNIFESP Baixada Santista

A discussão que aqui se apresenta parte da experiência desenvolvida dentro de um repertório de potencialidades e peculiaridades dadas pela forma como se organiza a graduação orientada pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da UNIFESP Baixada Santista (BS) que preconiza o investimento na interdisciplinaridade. Não se pretende problematizar as estruturas do PPP, assim como não se pretende discutir as diretrizes nacionais das políticas educacionais voltadas para as temáticas focadas nesta reflexão. Pretende-se apresentar e discutir a prática cotidiana, fazendo conexões com o cenário mais amplo, identificando possíveis caminhos para efetivar a transversalidade das temáticas gênero, diversidade sexual e direitos na formação da graduação e identificando os desafios também a partir deste exercício.

O campus UNIFESP BS nasce em resposta à demanda social e como fruto da política de expansão das vagas públicas no ensino superior² e de interiorização das atividades das universidades federais. No campus são oferecidos os cursos de Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional³. A formação de todos/as estudantes dos seis cursos está estruturada a partir de Eixos Comuns e Eixos Específicos e assume como direcionador das ações os princípios da Educação Interprofissional, onde os/as estudantes aprendem juntos/as sobre o trabalho conjunto, configurando-se um estilo de educação que prioriza o trabalho em equipe, a interdisciplinaridade e o compromisso com a integralidade das ações que deve ser alcançado com um amplo reconhecimento e respeito às especificidades de cada profissão. Uma característica central dessa experiência é a constituição intencional de turmas que mesclam alunos de todos cursos que compõem o campus para aulas dos Eixos Comuns. O projeto implica no desenvolvimento de uma proposta formativa interdisciplinar e interprofissional, rompendo com estrutura

² Esta situação coloca para o campus UNIFESP BS e os outros campi de expansão questões importantes relacionadas à falta de infra-estrutura e lacunas nas políticas de permanência estudantil. Esta situação repete-se em muitas Instituições de Ensino Federais que se constituem a partir do Reuni.

³ Em 2012 foi implantando o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências do Mar com a chegada do Instituto do Mar que compõe o campus BS, mas que possui um PPP específico.

tradicional centrada nas disciplinas⁴ e na formação específica de determinado perfil profissional. (Projeto Político Pedagógico, 2006)

O PPP é constituído pelos Eixos Comuns “O Ser Humano em sua Dimensão Biológica”⁵, “Aproximação ao Trabalho em Saúde” e “O Ser Humano e sua Inserção Social”. Esta configuração é resultado da ênfase interdisciplinar que

“favorece o redimensionamento das relações entre diferentes conteúdos, contribuindo para que a fragmentação dos conhecimentos possa ser superada [...] implica pensar em novas interações no trabalho em equipe multiprofissional, configurando trocas de experiências e saberes numa postura de respeito à diversidade, cooperação para efetivar práticas transformadoras, parcerias na construção de projetos e exercício permanente do diálogo”. (Projeto Político Pedagógico, 2006, pg 52)

A discussão que aqui se apresenta é construída a partir da experiência do Eixo Comum “O ser humano e sua inserção social”, constituído de quatro módulos semestrais, oferecidos nos dois primeiros anos da formação dos/das estudantes. O Eixo constitui-se nos intercruzamentos das Ciências Sociais, da Psicologia, da Educação, da Economia, da Filosofia onde esboçam-se experiências formativas na interface com outras áreas do conhecimento. A partir da estrutura e atuação deste Eixo Comum constituem-se as outras articulações onde as temáticas diversidade sexual, gênero e direitos são efetivadas na prática cotidiana.

Neste contexto interdisciplinar e de valorização da construção do conhecimento também a partir da prática, promovido pela proposta do PPP é que se apresentará a discussão a partir da experiência na transversalidade das temáticas de gênero, diversidade sexual e direitos presentes no cotidiano do campus UNIFESP BS. Entretanto, antes de entrar no detalhamento deste cenário prático, é importante refletir, mesmo que de forma pontual e breve, sobre algumas experiências e diretrizes políticas em torno destas temáticas no campo das Políticas em Educação, entendendo e tratando estes elementos como categorias conectadas e constitutivas de um mesmo campo de práticas, construção do conhecimento e políticas que se apresenta aqui.

⁴ No campus BS, as disciplinas foram substituídas por módulos. A lógica modular deve promover a superação da ideia disciplinar.

⁵ O Eixo Biológico não é oferecido aos/as estudantes de Serviço Social pela especificidade da atuação desta área de formação.

Políticas de Educação na efetivação da transversalidade

O investimento nas políticas públicas voltadas para promoção de direitos para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) e para promoção da igualdade de gênero vem se tornando concreto sobretudo, a partir da atuação dos poderes Executivo e Judiciário. No campo que compete ao Executivo, há planos e iniciativas que pretendem promover Políticas de Educação pautadas pelos direitos humanos.

Na área da Educação, a implementação de ações com vistas à promoção da equidade de gênero, respeito à identidade de gênero e orientação sexual e ao enfrentamento do sexismo e da homofobia encontra respaldo, entre outras iniciativas, nas propostas de ações governamentais contidas no Programa Nacional de Direitos Humanos 3, no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, no Programa Brasil sem Homofobia e no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Todas estas políticas resultam do processo de transformação da sociedade marcado inicialmente pela promulgação da Constituição Federal de 1988 e efetivado a partir da permanente luta política dos movimentos sociais, especialmente o movimento feminista e o movimento LGBT.

Para focar a formação no campo da Educação destaca-se o Projeto “Gênero e Diversidade na Escola”⁶ por seu conteúdo, cobertura e potencialidades. A promoção da especialização de professores da rede pública em Gênero e Diversidade implicou e implica na parceria com universidades de vários lugares do país e, portanto, na mobilização destas universidades para efetivação do projeto. Há também experiências importantes conduzidas por Organizações Não Governamentais junto a professores do ensino médio e fundamental. Sem dúvida, estas iniciativas investem na transversalidade e promovem a introdução das temáticas gênero e diversidade sexual nas escolas de forma que os/as estudantes possam chegar ao ensino universitário com alguma reflexão acumulada sobre os temas e, de alguma forma, conscientes sobre a importância da não discriminação por orientação sexual, gênero ou identidade de gênero⁷.

⁶ A concepção do projeto é da Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM/PR) e do British Council, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR) e o Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ).

⁷ De acordo com os ministros Edson Santos e Fernando Haddad e ministra Nilcéa Freire apresentando

Gênero e diversidade sexual são temáticas constitutivas do horizonte ético-político dos Direitos Humanos. A Educação em Direitos Humanos vem se pautando pelo Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos de 2006 e pelo Programa Nacional de Direitos Humanos 3 (PNDH 3).

O PNDH 3 é constituído de um Eixo Norteador denominado “Educação e Cultura em Direitos Humanos” que apresenta ações para o campo da educação que implicam na garantia da não discriminação e busca da equidade de forma mais ampla. O Programa preconiza que no ensino superior devem ser incluídas metas para a inclusão dos Direitos Humanos *“por meio de diferentes modalidades como disciplinas, linhas de pesquisa, áreas de concentração, transversalização”*. (Programa Nacional de Direitos Humanos, pg. 157)

No Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos a educação é concebida como estratégica e capaz de produzir uma sociedade igualitária e compreendida como:

“um direito em si mesmo e um meio indispensável para acesso a outros direitos. A educação ganha, portanto, mais importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades, valorizando o respeito aos grupos socialmente excluídos. Essa concepção de educação busca efetivar a cidadania plena [...]” (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, pg 25).

Há diretrizes preconizadas e propostas de atividades de ensino para todos os níveis, ou seja, da educação básica a pós-graduação. Quando se foca o ensino superior, o Plano assume que *“A educação em direitos humanos deve se constituir em princípio ético-político orientador da formulação e crítica da prática das instituições de ensino superior.”* (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, pg. 39)

Para pautar esta discussão, foram trazidos alguns destaques para o processo político mais amplo que tem a Educação como foco de forma a apresentar e reconhecer a existência de um cenário favorável à incorporação das temáticas de gênero, diversidade sexual e direitos nos processos educativos. As iniciativas existentes, a incorporação das temáticas e a preocupação em efetivar a educação como um campo de construção de uma cultura mais democrática tem implicado na

o GDE: *“Não bastarão leis, se não houver a transformação de mentalidades e práticas, daí o papel estruturante que adquirem as ações que promovem a discussão desses temas, motivem a reflexão individual e coletiva e contribuam para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso. Ações educacionais no campo da formação de profissionais, como o curso Gênero e Diversidade na Escola, são fundamentais para ampliar a compreensão e fortalecer a ação de combate à discriminação e ao preconceito.”* (Gênero e Diversidade na Escola - Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais, 2009)

transformação da prática educativa efetivada no cotidiano. Neste sentido, esta discussão pretende refletir sobre esta prática, entendendo que o ensino é um permanente campo de produção do conhecimento não apenas para o desenvolvimento docente, mas também para investir na transversalidade e na formação cidadã.

Considera-se que apesar das iniciativas importantes em campo, ainda há pouca reflexão (estudos, artigos, descrição de experiências, sistematização e avaliação de iniciativas) com foco na graduação, especialmente com enfoque nas práticas de ensino⁸. A formação na graduação é estruturante para que futuros/as profissionais saídos das Universidades públicas, sejam capazes de reproduzir em suas práticas não apenas a qualidade da formação específica no seu campo profissional, mas também reproduza práticas que fortaleçam uma sociedade equânime e livre da discriminação.

Potencialidades cotidianas e fardos históricos

O campus UNIFESP BS no cotidiano da efetivação da proposta de seu Projeto Político Pedagógico permite a introdução de temas transversais em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Entretanto, é sabido que a introdução de temáticas como diversidade sexual, gênero que sigam uma direção transversa na formação de futuros/as profissionais sofre interferências e resistências que vão além da estrutura política pedagógica favorável.

Algumas experiências cotidianas que se desenvolvem em sala de aula e em outras atividades ligadas ao ensino e extensão do campus Baixada Santista da UNIFESP incluem as temáticas da diversidade sexual, gênero e direitos. Uma delas ocorre no âmbito do Eixo Comum “O Ser Humano e sua Inserção Social” e nas atividades de monitoria deste Eixo. Há introdução destas temáticas na parceria para efetivação de Unidades Curriculares do Curso de Serviço Social⁹ e também em atividades de extensão desenvolvidas em parceria com Organização Não Governamental e nas propostas a serem desenvolvidas pelo Centro de Referência e Direitos Humanos da UNIFESP Baixada Santista¹⁰. Além disso, as temáticas são

⁸ Com esta afirmação não se pretende dar mais importância a esta dimensão, mas valorizá-la enquanto essencial dentro do tripé constitutivo da universidade: ensino, extensão e pesquisa.

⁹ Unidades Curriculares denominadas “Seminários Temáticos”.

focos centrais das atividades desenvolvidas a partir do Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti: relações de gênero, sexualidades e movimentos sociais.

É possível estabelecer uma divisão entre iniciativas institucionalizadas e iniciativas que dependem diretamente do interesse dos/as docentes e estudantes. As iniciativas que podem ser consideradas como institucionalizadas são: i) um dos módulos do Eixo Comum “O Ser Humano e sua inserção Social” denominado “Estigma, preconceito e direitos” oferecido no segundo semestre do segundo ano para todos os cursos e ii) as Unidades Curriculares do Serviço Social¹¹. No módulo “Estigma, preconceito e direitos”¹² do Eixo Comum, as questões de gênero e as questões relacionadas a diversidade sexual são tratadas a partir do debate em torno da Lei Maria da Penha, do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT de 2009 e do PNDH 3. Estas temáticas são tratadas entre outras relativas aos direitos de segmentos sociais específicos como população negra, população indígena, pessoas com deficiência, idosos, crianças e adolescentes. Nas experiências das duas Unidades Curriculares do Serviço Social, desenvolvidas em parceria, a temática gênero e diversidade sexual são focos exclusivos. Para a discussão que se pauta aqui, destaca-se que no caso do Eixo Comum, o módulo é obrigatório para os/as estudantes¹³ e no caso das Unidades Curriculares do Serviço Social, apesar de obrigatório para os/as estudantes deste curso, eles/elas fazem escolha entre diferentes temas oferecidos como unidade curricular sob a forma de “Seminários Temáticos”¹⁴ no mesmo período do ano letivo.

¹⁰ O Centro de Referência em Direitos Humanos é um projeto em processo de implantação, desenvolvido por meio de convênio efetivado com Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República desde final de 2001. A coordenação do Centro é feita pela Professora. Dra. Raiane Patrícia Severino Assumpção.

¹¹ Em 2011 foi oferecido o Seminário Temático “Feminismo, papéis de gênero e a construção social da sexualidade” junto com as professoras Dras. Sylvania Dantas e Renata Gonçalves e em 2012 o Seminário Temático “Relações de Gênero e Violência” junto com a professora Renata Gonçalves.

¹² Além de mim, são docentes do Eixo Comum neste módulo, os/as professores/as Alexandre Pereira Barbosa, Eunice Nakamura, Marinez Brandão, Rosana Machin, Sara Panciera e Sylvania Helena Batista.

¹³ Os/as estudantes de Serviço Social têm obrigatoriedade curricular de cursar os módulos do Eixo Comum “O Ser Humano e sua Inserção Social” apenas no primeiro ano. Desta forma, não cursam este módulo onde as temáticas de gênero, diversidade sexual e direitos são curriculares no campus.

¹⁴ Vem sendo empregado esforços para abrir os “Seminários Temáticos” para os outros cursos do campus. Entretanto, esta prática é pouco comum e tem gerado entraves administrativos para validar o unidade curricular para estudantes de outros cursos.

Entre as iniciativas que dependem diretamente do interesse dos/as docentes estão algumas atividades de extensão e as discussões que ocorrem a partir das reuniões do Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti¹⁵. Como outras iniciativas em outras áreas de interesse, elas podem ser compreendidas como constitutivas da Universidade como tal. Entretanto, não são institucionalizadas como temáticas porque mesmo fazendo parte da formação dos/as estudantes, o conteúdo trabalho não compõe o currículo obrigatório da formação da graduação. Evidentemente não deixam de ser relevantes por ocuparem outro lugar no processo educativo, mas não tem potencial estruturante quando se está pensando na transversalidade das temáticas gênero, diversidade sexual e direitos na formação profissional de futuros educadores físicos, psicólogos/as, terapeutas ocupacionais, nutricionistas, fisioterapeutas e assistentes sociais.

O Centro de Referência em Direitos Humanos, que se encontra em fase de implantação¹⁶, pode ser visto como um potente demandante de formação mais estrutural nas temáticas de gênero e diversidade sexual e outras constitutivas do campo dos direitos humanos. Enquanto Centro de Referência que irá atuar junto a comunidade da Baixada Santista, ele poderá ser um interessante caminho para instituição das temáticas de forma efetivamente curricular e transversal em todas as áreas de formação do campus.

A descrição das atividades cotidianas do campus apontam para transversalidade das temáticas de gênero e sexualidade ainda de forma fragmentada e incipiente. O cotidiano universitário mostra que a discussão destas temáticas estão muito relacionadas com a própria experiência dos/as estudantes neste campo. Gênero e sexualidade são modelados de maneira diferenciada pelas trajetórias biográficas, pela família, pela religião, pelas condições de vida, pelas redes de sociabilidade, pelos usos dos corpos, pela escola e posição na estrutura social. Nesse sentido, tratar das temáticas de gênero e sexualidade na formação da graduação é entender estas

¹⁵ O Núcleo de Estudos Heleieth Saffioti é coordenado por mim e pela professora Renata Gonçalves. Foi constituído em março de 2011 e ainda caracteriza-se por atividades em torno de grupos de estudo, oficinas, debates e orientação de trabalhos de iniciação científica e de conclusão de curso. Suas atividades são ainda incipientes e atravessadas pelo contexto político que o campus vive nos dois últimos anos em relação às questões de infra-estrutura.

¹⁶ O projeto foi aprovado em 2011, mas os recursos estão em fase de liberação. Suas atividades também estão sofrendo interferências das condições de infra-estrutura do campus. Entretanto, pretende-se investir nas atividades de forma que o Centro transforme-se em uma atividade permanente do campus, independentemente dos recursos viabilizados por meio de projetos com governo federal.

categorias como construções sociais e compreendê-las como fenômenos estruturados, inclusive, a partir dos discursos próprios do campo da educação que atribuem significados às relações de gênero e a sexualidade. Compreendendo isto, parece ser possível também entender os desafios, a fragmentação e a resistência de incluir as temáticas no cotidiano do ensino em graduação. As temáticas de gênero, diversidade sexual nem sempre são vistas como constitutivas da formação de todos os cursos ou mesmo como parte constitutiva dos direitos humanos. Além disso, nem sempre consideradas como prioridade para todas as áreas de formação.

Cotidianamente enfrenta-se resistências decorrentes do fardo histórico que vivemos quando se trata de descortinar gênero como organizador das relações sociais e, portanto, também das práticas profissionais e conceber a sexualidade como dimensão essencial da vida das pessoas. A transversalidade esperada para os direitos humanos também sofre resistências e parece ainda estar longe de ser incorporada na formação de futuros/as profissionais como parte essencial do processo formativo pelo qual devem passar os/as estudantes.

Há vários aspectos que podem ser considerados para compreender as resistências que se manifestam na fragmentação, na invisibilidade e na hierarquização dos saberes. Ao analisar a experiência do campus UNIFESP BS, podemos considerar que a formação disciplinar dos/das docentes, que se deu em períodos anteriores, onde não se considerava os direitos humanos como parte das diretrizes das políticas de educação, é um desafio concreto. Outro aspecto importante, relacionado também a formação dos docentes, está na efetivação de um PPP interdisciplinar que, por vezes, depara com a reprodução da hierarquia entre as áreas do conhecimento presentes na formação dos diversos cursos existentes no campus.

Um fardo histórico importante a ser enfrentado é a vigência do padrão heteronormativo nas atividades desenvolvidas no campus e nas relações sociais estabelecidas entre as pessoas da comunidade acadêmica. A naturalização da heteronormatividade está presente tanto nas relações pessoais como em alguns conteúdos trabalhados na formação que passam à margem da concepção da sexualidade, da família, do gênero como construções sociais.

Por outro lado, as potencialidades do Projeto Político Pedagógico parecem fazer com que iniciativas de ensino e extensão estejam no caminho para que se cumpram as diretrizes do PNDH 3 e do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Ao mesmo tempo em que esse caminho é atravessado pelos desafios

históricos e pela resistência em transformar o processo educativo, vem-se construindo meios de efetivar a transversalidade das temáticas de diversidade sexual, gênero e direitos, mesmo que de forma incipiente e com o compromisso institucional ainda fragmentado e restrito.

Esta análise parece apontar também para a necessidade de investir no enfrentamento dos desafios que impedem efetivar o compromisso da Universidade em formar profissionais que colaborem com o rompimento da reprodução cotidiana da violação dos direitos de LGBT e com a promoção da equidade de gênero, enquanto parte de um projeto amplo de educação em direitos humanos. A tarefa de enfrentamento não é simples, já que a própria Universidade é historicamente marcada pela linguagem hierarquizado do gênero e pela crença na hegemonia da sexualidade heterossexual. Para reconhecimento pleno do sujeito de direito é preciso reconhecer que este sujeito é também um sujeito sexual inserido em um sistema de gênero. O campo da sexualidade e o sistema de gênero devem ser consideradas pelas políticas públicas de educação desenvolvidas nas práticas cotidianas das instituições de ensino.

A atuação dos profissionais nos campos da saúde, da educação e assistência social pode ser considerada como estratégica para efetivar espaços de diálogo entre distintos discursos e posições diferenciadas. Portanto, a formação em graduação de futuros/as profissionais que atuarão nestes campos é estratégica para implementar mudanças efetivas na prática profissional e para desencadear diálogos interdisciplinares e intersetoriais na elaboração de políticas públicas. Desta forma, há uma percurso a ser percorrido para que equidade de gênero e direito à diversidade sexual sejam concebidos como constitutivos do respeito à igualdade e à liberdade. Isto significa tratar sexualidade e reprodução como dimensões da cidadania e, conseqüentemente, da vida democrática (Ávila, 2003).

Ao trazer esta concepção para o processo formativo na graduação exige-se a garantia da laicidade nas práticas educativas, de forma a garantir a convivência entre as pessoas, apesar das diferenças. É preciso assumir e encarar que no cotidiano das instituições de educação há reprodução de moralidades e julgamentos que levam, por vezes, à discriminação e violência. Ainda é preciso movimentar-se para ter no horizonte do campo das políticas e práticas de educação, o quadro ético-político que compreende que a democracia só se efetiva com a garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos, equidade de gênero e pelo reconhecimento destes elementos como constitutivos da cidadania.

Esta visão de mundo implica em disputa com outras concepções e outras práticas no campo da educação que precisam ser enfrentadas para que se alcance a efetiva inclusão das temáticas de gênero e diversidade como essenciais na formação profissional na graduação e como parte constitutiva de uma educação em direitos humanos. Sem isto, fica incompleto o investimento na formação de cidadãos e cidadãs que se tornem profissionais capazes de compreender as pessoas como sujeitos detentores de direitos, com direito a igualdade de oportunidades e direito ao exercício da sexualidade sem discriminação. Por esta razão, há muito o que se percorrer com vistas a ampliar as iniciativas existentes e com objetivos de implicar coletivamente a instituição na valorização de um compromisso com direitos humanos e com uma sociedade equânime.

Para avançar, é preciso reconhecer o campo de negociação próprio dos direitos humanos e seu caráter relacional para que isto fortaleça a transformação da prática em educação rumo a efetivação da garantia de direitos e rumo ao reconhecimento da diversidade. A incorporação da perspectiva dos direitos humanos na prática cotidiana da formação de futuros/as profissionais implica em afirmar e reconhecer, ao mesmo tempo, o direito à igualdade e o direito à diferença (Santos, 2003). É preciso que se legitime nos currículos e nas práticas cotidianas da formação interdisciplinar o reconhecimento da universalidade dos direitos humanos e a legitimidade do que é específico.

Referências Bibliográficas

ÁVILA, M.B. Direitos sexuais e reprodutivos: desafios para as políticas de saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.19, Supl. 2, S465-S469, 2003.

BARRETO, A., ARAÚJO, L., PEREIRA, M.E., **Gênero e Diversidade na Escola - Formação de Professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**, Rio de Janeiro: IMS/UERJ, 2009.

HENRIQUES, R., BRANDT, M.E.A., JUNQUEIRA, R.D., CHAMUSCA (orgs.), A. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**, Cadernos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Ministério da Educação, 2007.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, Brasília: Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Presidência da República, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2009.

Programa Nacional Direitos Humanos 3, Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Brasília, 2009.

Projeto Político Pedagógico do Campus Baixada Santista da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), 2006.
(<http://prograd.unifesp.br/santos/download/2006/projetopedagogico.pdf>)

SANTOS, Boaventura S., *Por uma concepção multicultural dos Direitos Humanos*, pp 427-462, In: SANTOS, B.S.(org.), **Reconhecer para libertar – os caminhos do cosmopolitismo multicultural**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVEIRA, R.M.G., Educação em/para os direitos humanos: entre a universalização e as particularidades, uma perspectiva histórica In: SILVEIRA, R.M.G. et al, **Educação em Direitos Humanos – fundamentos teórico-metodológicos**, Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2010.

VENTURI, G., *A construção de Direitos Humanos Universais*, In: **Revista Direitos Humanos** 03, Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, setembro de 2009.